Globethics Repository



Os heróis nacionais apagados pela repressão [National heroes erased by repression]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Santos, João Vitor
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-15 10:52:33
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/157966

Os heróis nacionais apagados pela repressão

Rafael Guimaraens destaca a importância de se recontar histórias como a do sargento Soares. Para ele, é por essas vidas apagadas pelo regime que se pode chegar à face da ditadura militar no Brasil

Por João Vitor Santos

A história da ditadura militar no Brasil é ainda como um grande mosaico com pontos vazados, um período da história envolto em muita névoa. O jornalista e escritor Rafael Guimaraens acredita que só será possível completar esse mosaico e olhar com clareza para esse período do Brasil quando se fizer a devida memória de personagens que viveram toda dureza e atrocidade desse momento. "Nenhum país do mundo superou períodos traumáticos com base no esquecimento. Pelo contrário, a verdade é essencial para uma Nação se reerguer. Por isso, é preciso lembrar, pesquisar histórias não contadas, encontrar personagens desconhecidos e construir a memória de toda a dramaticidade que a ditadura representou", diz. É esse desejo que o inspira no livro *O sargento, o marechal e o faquir* (Porto Alegre: Libretos, 2016), lançado recentemente. A obra reconstrói o que foi "um dos primeiros e mais violentos crimes cometidos pela ditadura, que foi o assassinado do sargento Manoel Raymundo Soares".

A publicação é resultado de suas pesquisas sobre o fato, conhecido no Rio Grande do Sul como "Caso das Mãos Amarradas". Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Guimaraens destaca a importância desse sargento, encontrado morto com as mãos amarradas, logo no começo do regime militar. "Creio que o sargento Soares tem todas as características e qualidades para ser considerado um herói nacional", destaca. O jornalista ainda lembra que o militar era extremamente dedicado, disciplinado e colaborativo. Entretanto, tais características não o faziam cego, sendo ainda capaz de lutar contra o que achava errado. "Sua resistência ao autoritarismo nas Forças Armadas e, posteriormente, ao golpe, diz respeito à politização decorrente de suas leituras e do enorme senso de justiça. Era um ser humano preocupado com seu povo, que sofria com a fome e a desesperança", analisa.



O Sargento, o Marechal e o Faquir (Libretos: Porto Alegre, 2016)

Rafael Guimaraens é jornalista. Trabalhou no Coojornal, periódico que foi publicado mensalmente e editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre entre 1974 e 1982. Também atuou como editor de política no Diário do Sul. É autor dos livros *Tragédia da Rua da Praia* (Porto Alegre: Libretos, 2005), vencedor do Prêmio O Sul Nacional e os Livros como melhor narrativa longa, em 2005; *A Enchente de 41* (Porto Alegre: Libretos, 2013), eleito melhor livro de não-ficção da Associação Gaúcha de Escritores; *Teatro de Arena – Palco de Resistência* (Porto Alegre: Libretos, 2007), vencedor do Prêmio Açorianos, Livro do Ano, em 2009. Entre outras produções artísticas, é autor do roteiro Musical da Legalidade, encenado diante do Palácio Piratini, com direção de Luciano Alabarse. O jornalista ainda integrou a Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul.

Confira a entrevista.

> ***Muitas iniciativas como a revisão da Anistia esbarraram no Judiciário, com a cumplicidade do Congresso e da grande mídia***

IHU On-Line – Que história da ditadura militar no Brasil revela *O sargento, o marechal e o faquir* (Porto Alegre: Libretos, 2016)?

Rafael Guimaraens – Ele trata do chamado "Caso das Mãos Amarradas", um dos primeiros e mais violentos crimes cometidos pela ditadura, que foi o assassinato do sargento Manoel Raymundo Soares. Seu corpo foi encontrado junto à Ilha das Flores[1], em Porto Alegre, com as mãos atadas às costas, após ser preso em uma emboscada. Ele foi barbaramente torturado durante oito dias e mantido ilegalmente por cinco meses na Ilha do Presídio[2].

IHU On-Line – Como o senhor compreende a figura de Manoel Raymundo Soares? Qual foi seu papel no movimento dos sargentos[3]?

Rafael Guimaraens – Foi um dos principais líderes do Comando dos Sargentos, uma espécie de vanguarda do movimento de sua categoria por dignidade e direito à representação parlamentar. Autodidata, de origem muito humilde, mudou-se de Belém do Pará para o Rio de Janeiro, com o objetivo de servir ao Exército. Com 20 anos já atingira o posto de sargento. Por sua inquietação e senso de Justiça, envolveu-se na mobilização dos sargentos, cujos representantes eleitos em 1962 foram cassados. Com a radicalização da conjuntura pré-golpe, seu grupo passou a defender as reformas de base proposta pelo Governo Jango[4]. Por sua inteligência e formação política, era um dos estrategistas do Comando dos Sargentos.

IHU On-Line – Relatos de casos de insurgência no Exército, ainda mais no período da ditadura militar, são bem pouco conhecidos. O que faz com o que o "Caso das Mãos Amarradas" se torne público e tão conhecido?

Rafael Guimaraens – Na época, ainda não havia a censura ferrenha à imprensa, decretada pelo AI5[5], dois anos mais tarde. Assim, a descoberta do corpo teve grande repercussão pela brutalidade do crime, até porque inicialmente não se sabia que se tratava de um perseguido político.

IHU On-Line – De que forma é possível compreender resistências à ditadura a partir da figura e da experiência de Manoel Raymundo Soares?

Rafael Guimaraens – O sargento Soares era um servidor exemplar, disciplinado e colaborativo, como demonstra seu prontuário, a que tive acesso. Sua resistência ao autoritarismo nas Forças Armadas e, posteriormente, ao golpe, diz respeito à politização decorrente de suas leituras e do enorme senso de

1 **Ilha das Flores**: é um vilarejo de uma das ilhas no Lago Guaíba, que banha a capital gaúcha. É uma área deflagrada como de intensa pobreza. No curta-metragem *Ilha das Flores* (1989), é possível se ter ideia da tamanha pobreza desse lugar. Confira o filme em http://bit.ly/2cmrTSK (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Ilha do Presídio:** é uma ilha fluvial, situada no Lago Guaíba, em Porto Alegre. Também é denominada de Ilha das Pedras Brancas ou ainda Ilha da Pólvora. As construções existentes na ilha ocorreram entre 1857 e 1860 e originalmente sediaram o quarto paiol de pólvora de Porto Alegre, ficando sob uso do exército até 1930. A partir de 1940 a Ilha passa a ser administrada pelo Estado que utiliza o espaço, nos anos de 1947 a 1948, como laboratório de pesquisa animal, com foco na peste suína. A transformação da ilha em um presídio ocorre em 1950 e inicialmente recolhe jovens com delitos leves, pessoas com problemas psiquiátricos e menores de idade. Com o início da Ditadura Militar no Brasil o presídio passa a ser utilizado como espaço de detenção para presos políticos, perseguidos pelo regime autoritário. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Revolta dos Sargentos**: foi uma rebelião promovida por cabos, sargentos e suboficiais, sobretudo da Força Aérea e da Marinha do Brasil, em 12 de setembro de 1963, em Brasília, motivada pela decisão do Supremo Tribunal Federal de reafirmar a inelegibilidade dos praças para os órgãos do Poder Legislativo, conforme previa a Constituição de 1946. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **João Belchior Marques Goulart ou Jango** (1919-1976): presidente do Brasil de 1961 a 1964, tendo sido também vice-presidente, de 1956 a 1961 – em 1955, foi eleito com mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek. Seu governo é usualmente dividido em duas fases: fase parlamentarista (da posse, em janeiro de 1961, a janeiro de 1963) e fase presidencialista (de janeiro de 1963 ao golpe militar de 1964). Jango fora ainda ministro do Trabalho entre 1953 e 1954, durante o governo de Getúlio Vargas. Foi deposto pelo golpe militar do dia 1º de abril de 1964 e morreu no exílio. Confira a entrevista *"Jango era um conservador reformista"*, com Flavio Tavares, de 19-12-2006, em http://bit.ly/ihu191206; *João Goulart e um projeto de nação interrompido*, com Oswaldo Munteal, de 27-08-2007, em http://bit.ly/ihu270807. Confira também as entrevistas com Lucília de Almeida Neves Delgado intituladas *O Jango da memória e o Jango da História*, publicada na edição 371 da **IHU On-Line**, de 29-08-2011, em http://bit.ly/ihuon371 e *"Dúvidas sobre a morte de Jango só aumentam"*, de 05-08-2013, em http://bit.ly/ihu050813. Veja ainda *"João Goulart foi, antes de tudo, um herói"*, com Juremir Machado, de 26-08-2013, em http://bit.ly/ihu260813 e *Comício da Central do Brasil: a proposta era modificar as estruturas sociais e econômicas do país,* com João Vicente Goulart, de 13-03-2014, em http://bit.ly/ihu130314. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **AI-5** (Ato Institucional Número Cinco): decretado pelo general Arthur da Costa e Silva, que ocupava a cadeira de presidente, em 13 de dezembro de 1968, foi um instrumento de poder que deu ao regime militar poderes políticos absolutos. A primeira consequência do AI-5 foi o fechamento por quase um ano do Congresso Nacional. O ato representou o ápice da radicalização do regime de exceção e inaugurou o período em que as liberdades individuais foram mais restringidas e desrespeitadas, constituindo-se em movimento final de "legalização" da arbitrariedade que pavimentou uma escalada de torturas e assassinatos contra opositores reais e imaginários ao regime. (Nota da **IHU On-Line**)

justiça. Era um ser humano preocupado com seu povo, que sofria com a fome e a desesperança.

IHU On-Line – Como o assassinato do sargento Soares se constitui em ato contra a ditadura? Que aproximações são possíveis de se fazer com as práticas e casos de tortura que vieram anos depois no período mais pesado do regime militar no Brasil?

Rafael Guimaraens – A tortura já existia. Vários opositores do regime, incluindo companheiros de Soares, foram torturados logo após o golpe. Um deles, Manuel Alves, suicidou-se após ter sido cruelmente torturado nos primeiros dias de abril de 1964. A partir do AI5, a tortura tornou-se sistemática, aliada à parte de direitos que existiram nos primeiros anos da ditadura, como o *habeas corpus*.

IHU On-Line – Como observa a figura do marechal Castelo Branco[6] e seu papel na fixação do regime ditatorial – e linha dura – no Brasil?

Rafael Guimaraens – É um tema polêmico, mas acredito que Castelo Branco pretendia que a presença dos militares no poder fosse mais curta. Tratava-se de afastar o "perigo" do comunismo, cassando, prendendo e exilando os oposicionistas mais ativos, fechando as entidades que resistiam à ditadura, enfim, limpando a área para a volta de uma democracia formal, livre de riscos. Mas foi pressionado pelos setores mais duros das Forças Armadas a adotar novas medidas autoritárias. Queria ficar na história como o presidente que livrou o Brasil do comunismo e reinstaurou a democracia. Porém, ficou marcado como um presidente autoritário, um ditador.

> ***Nenhum país do mundo superou períodos traumáticos com base no esquecimento***

IHU On-Line – Qual a importância de se recontar, fazer a memória, de tantas histórias de vítimas, muitas figuras pouco conhecidas, quase anônimas? Em que medida essas histórias contribuem para tecer o mosaico desse período da História do Brasil?

Rafael Guimaraens – É produção de memória, um antídoto ao esquecimento implantado no Brasil pela Lei da Anistia[7]. Nenhum país do mundo superou períodos traumáticos com base no esquecimento. Pelo contrário, a verdade é essencial para uma Nação se reerguer. Por isso, é preciso lembrar, pesquisar histórias não contadas, encontrar personagens desconhecidos e construir a memória de toda a dramaticidade que a ditadura representou.

IHU On-Line – Ainda sobre a grande nebulosidade que se tem acerca do regime militar no Brasil, não seria momento de se apostar e voltar às histórias da ditadura apagadas pela repressão e censura? Com relação ao jornalismo, qual seu papel nesse processo?

Rafael Guimaraens – Há um déficit muito grande de informações e providências. Mesmo os governos de Lula e Dilma Rousseff, de quem se poderia esperar medidas para o esclarecimento daquele período, foi tímido. Fizeram algumas coisas, mas foram insuficientes. É certo que muitas iniciativas como a revisão da Anistia esbarraram no Judiciário, com a cumplicidade do Congresso e da grande mídia.

IHU On-Line – No que a história *O sargento, o marechal e o faquir* pode nos inspirar para os dias de hoje?

Rafael Guimaraens – Pode inspirar no sentido de valorizar os que se posicionaram contra o autoritarismo e defenderam o povo. Neste sentido, creio que o sargento Soares tem todas as características e qualidades para ser considerado um herói nacional. ■

6 **Humberto de Alencar Castelo Branco** (1897-1967): militar e político brasileiro. Foi um dos articuladores e primeiro presidente do período do Regime Militar instaurado pelo golpe militar de 1964. Os principais objetivos da intervenção militar eram impedir que o comunismo se instaurasse no Brasil, através do governo eleito de João Goulart, influenciado pelo seu cunhado Leonel Brizola, e aproximar o Brasil dos Estados Unidos. Uma das primeiras medidas de seu governo foi o rompimento de relações diplomáticas com Cuba, assinalando a mudança de orientação da política externa brasileira, que passou a buscar apoio econômico, político e militar nos Estados Unidos. Era filho do general Cândido Borges Castelo Branco e de Antonieta Alencar, membro da família do escritor José de Alencar. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Lei da Anistia:** Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, promulgada pelo então presidente, general João Figueiredo, após ampla mobilização social, ainda durante o regime militar. Na primeira metade dos anos 1970, surgiu o Movimento Feminino pela Anistia, liderado por Therezinha Zerbini Em 1978 foi criado, no Rio de Janeiro, o Comitê Brasileiro pela Anistia, congregando várias entidades da sociedade civil, com sede na Associação Brasileira de Imprensa. A luta pela anistia aos presos e perseguidos políticos foi protagonizada por estudantes, jornalistas e políticos de oposição. No Brasil e no exterior foram formados comitês que reuniam filhos, mães, esposas e amigos de presos políticos para defender uma anistia ampla, geral e irrestrita a todos os brasileiros exilados no período da repressão política. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

– *A história do sargento rebelde*. Reportagem do jornal Zero Hora, reproduzida nas **Notícias do Dia** de 11-8-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em http://bit.ly/2bC5Ul5.